



Número: **0600132-78.2020.6.16.0090**

Classe: **RECURSO ELEITORAL**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Dr. Carlos Alberto Costa Ritzmann**

Última distribuição : **30/10/2020**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Processo referência: **0600132-78.2020.6.16.0090**

Assuntos: **Propaganda Política - Propaganda Eleitoral, Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Adesivo, Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Folhetos/Volantes/Santinhos/Impressos, Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Internet, Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Redes Sociais**

Objeto do processo: **Da decisão proferida nos autos de Representação nº 0600132-78.2020.6.16.0090, que julgou improcedente o pedido formulado por Gileade Gabriel Osti em face de Osvaldino da Silveira e Silvia Vanin Rodrigues, por não vislumbrar propaganda eleitoral irregular ante a inexistência de nexos etiológico entre a conduta fática descrita e o contido no art.38, §1º, da Lei nº 9.504/97 e/ou art.21 e §§ da Resolução nº 23.610/2019 do Colendo Tribunal Superior Eleitoral, com relação aos Representados, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos e com esteio no art.20 da Resolução nº 23.608/2019 do Colendo Tribunal Superior Eleitoral c.c. o art.487, inciso I, do CPC/2015. (Representação Eleitoral por propaganda irregular, alegando, em síntese, que os representados imprimiram e estão fazendo circular adesivos de veículos para seus cabos eleitorais e apoiadores com o lema de campanha AGORA É A VEZ DO POVO, conforme fotografia colhida em 23/10/2020 do veículo placas AUN-9309, porém, sem identificação das candidaturas e sem fazer constar o CNPJ do responsável pela sua confecção, assim como sem constar o CNPJ de quem a contratou, e a respectiva tiragem, o que enseja várias e graves infrações da legislação eleitoral, nos termos do art. 242, do Código Eleitoral, art. 38, § 1º, da Lei n.º 9.504/1997, irregularidade que também foi verificada em 17/10/2020 nas redes sociais dos representados, neste endereço: <https://www.facebook.com/108380474306263/posts/149870776823899/>, razão pela qual requer liminar para a imediata busca e apreensão do material e, ao final, a procedência do pedido para a retirada definitiva do material e aplicação de multa pecuniária aos representados). RE3**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
GILEADE GABRIEL OSTI (RECORRENTE)		WILSON DA COSTA LOPES (ADVOGADO)	
OSVALDINO DA SILVEIRA (RECORRIDO)		ADEMILSON DOS REIS (ADVOGADO)	
SILVIA VANIN RODRIGUES (RECORRIDO)		ADEMILSON DOS REIS (ADVOGADO)	
Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
22422466	14/12/2020 17:42	Decisão	Decisão



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

RECURSO ELEITORAL (11548) 0600132-78.2020.6.16.0090

RECORRENTE: GILEADE GABRIEL OSTI

Advogado do(a) RECORRENTE: WILSON DA COSTA LOPES - PR0009926

RECORRIDO: OSVALDINO DA SILVEIRA, SILVIA VANIN RODRIGUES

Advogado do(a) RECORRIDO: ADEMILSON DOS REIS - PR0030611

Advogado do(a) RECORRIDO: ADEMILSON DOS REIS - PR0030611

RELATOR: CARLOS ALBERTO COSTA RITZMANN

VISTOS ETC.

I – Relatório

1.Trata-se de **Recurso Eleitoral** interposto por **GILEADE GABRIEL OSTI** em face da sentença proferida pelo Juízo da 90ª Zona Eleitoral de Guaíra/PR, que julgou improcedente a Representação Eleitoral ajuizada pela recorrente em face de **OSVALDINO DA SILVEIRA e SILVIA VANIN RODRIGUES**, por não vislumbrar propaganda eleitoral irregular, ante a inexistência de nexa etiológico entre a conduta fática descrita e o contido no artigo 38, §1º, da Lei nº9.504/97 e/ou artigo 21 e §§ da Resolução TSE nº23.610/2019.

2.Em suas razões (ID 15340216) o Recorrente sustenta que os Recorridos têm conhecimento dos adesivos (propaganda irregular) e que estavam ou ainda estão sendo beneficiados por eles, assim, pugnou pelo conhecimento e provimento do recurso para determinar a retirada dos adesivos irregulares que estão a desequilibrar o pleito.

4.A Recorrida, devidamente intimada, ofereceu contrarrazões ID 15340516 alegando que:

a) alguns apoiadores, voluntariamente, começaram a usar adesivos como manifestação de apoio à candidatura;

b) a única fotografia juntada nos autos é uma livre manifestação da opinião de um apoiador que escapa ao controle do candidato.

5.A Procuradoria Regional Eleitoral emitiu parecer manifestando-se pelo não conhecimento do recurso interposto, em razão da perda superveniente do interesse recursal (ID 20434166), porquanto inexistente previsão de multa para o descumprimento do artigo 38, §1º, da Lei nº9.504/97.



É o relatório.

II – Da decisão e seus fundamentos

6. Passo a decidir com fulcro no disposto no artigo 31, inciso IV, do Regimento Interno deste Tribunal Regional Eleitoral.

7. Conforme relatado, o recorrente busca a reforma da sentença proferida pelo Juízo da 90ª Zona Eleitoral de Guaíra/PR, para julgar procedente a representação eleitoral, visto que houve violação das normas eleitorais pelos recorridos.

8. Contudo, com a advento do pleito no dia 15.11.2020, verifica-se a ocorrência da perda do objeto recursal de suspensão e proibição de divulgação da propaganda irregular realizada nas eleições naquele município, pois não há previsão de multa para o descumprimento do artigo 38, §1º, da Lei nº9.504/97.

9. Isso porque houve alteração fática superveniente prejudicial à análise do mérito, qual seja a superveniência do pleito, prejudicando assim o interesse recursal.

10. **ISTO POSTO**, diante da argumentação acima expendida, **não conheço** o recurso eleitoral interposto por **GILEADE GABRIEL OSTI**, eis que ausentes os requisitos para sua admissibilidade, diante da perda superveniente do objeto.

11. Realizem-se as diligências necessárias.

Publique-se. Registre-se. Intime-se na forma do artigo 64 da Resolução TSE nº23.608/2019.

Curitiba, *datado eletronicamente*.

Carlos Alberto Costa Ritzmann

Relator

